

Envelhecimento da população transgênero no Brasil: uma revisão integrativa

Aging of the transgender population in Brazil: a literature review

Costa, Bernadete Machado de Souza¹

Ferreira, Deivid Sousa²

Furlan, Luiza Carolina Silva³

Tassi, Fabiano Ribas⁴

Resumo

Este estudo investigou o envelhecimento da população transgênero, um tema ainda pouco explorado no âmbito acadêmico brasileiro. A pesquisa descreveu as nuances do envelhecer para a população de pessoas transgênero, pautada em uma metodologia de revisão integrativa, debruçando-se sobre a recente literatura especializada sobre a temática para investigar os principais indicadores psicossociais relacionados ao processo de envelhecimento da população transgênero no Brasil. Destacam-se os desafios enfrentados por esta população como os indicadores em saúde mental, a exclusão do mercado de trabalho formal, as dinâmicas familiares excludentes, a discriminação no acesso à saúde e a precariedade habitacional.

Palavras chaves: Pessoas Transgênero; Envelhecimento; Saúde Mental.

Abstract

This study investigated the aging of the transgender population in Brazil, a topic still marginalized in national academic production. Using an integrative review methodology, the research explored recent and relevant scientific publications, covering different areas of knowledge to identify the main psychosocial indicators related to the aging of this population. The challenges faced stand out, such as fragile mental health, exclusion from the formal job market, exclusionary family dynamics, discrimination in health services, precarious housing and socioeconomic

^{1,2,3} Graduando em Psicologia pela Universidade Santo Amaro (UNISA).

⁴ Mestre em Psicologia. Docente na Universidade Santo Amaro (UNISA).

vulnerability. The review also highlighted how different social markers, such as gender, age, race and class, overlap and worsening social exclusion experienced throughout life and in old age.

Keywords: Transgender People; Aging; Mental Health.

Introdução

Pessoas Transgênero são indivíduos que suas identidades e expressões de gênero se diferenciam do gênero socialmente associado ao sexo atribuído em seu nascimento. O termo Identidade de Gênero se refere à experiência subjetiva condizente aos processos identitários relacionados à performance de gênero. O conceito de sexo se relaciona à atribuição dada ao indivíduo em seu nascimento condizente aos seus caracteres sexuais primários (Ruiz, 2021).

Destaca-se que as Identidades Transgênero foram classificadas pelo Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM) e pela Classificação Internacional de Doenças (CID) como transtornos mentais durante décadas. A partir da publicação da 5ª Edição do Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM 5) pela Associação de Psiquiatria Americana – APA (2014) e da 11ª Classificação Internacional de Doenças pela Organização Mundial da Saúde – OMS (2022) as Identidades Transgênero deixam de pertencer à qualidade de transtorno mental. Ambos os sistemas de classificação diagnóstica criaram indicativos clínicos que discorrem sobre o sofrimento específico de alguns indivíduos em relação à autopercepção corporal e a sua identidade de gênero. Esta condição clínica é definida pelo DSM 5 como Disforia de Gênero e pelo CID 11 como Incongruência de Gênero. Ressalta-se que esta condição de sofrimento não se configura como inerente às Identidades Transgênero, ou seja, esta experiência de sofrimento não é universal às pessoas transgênero. Compreende-se, inclusive, que as experiências disfóricas de gênero muitas vezes se relacionam aos processos de exclusão social, violação de direitos e transfobia internalizada (Jesus et al. 2023).

A Transgeneridade foi retirada da lista de transtornos mentais pela OMS durante a 72ª Assembleia Mundial da Saúde, em maio de 2019, em Genebra. A partir dessa decisão, a OMS deixou de considerar a transgeneridade uma doença, reconhecendo a diversidade de gênero como parte natural da experiência humana. O processo de despatologização reflete uma mudança significativa no entendimento global sobre identidade de gênero, que passou a ser vista não como um transtorno, mas como uma variação legítima e saudável da experiência humana (OMS, 2018).

O envelhecimento se configura como um dos processos do desenvolvimento humano durante o ciclo da vida. O desenvolvimento humano, em todas as suas dimensões, caracteriza-se pelas dinâmicas multifatoriais marcadas pelos aspectos

físicos, cognitivos e psicossociais. A Gerontologia, campo dedicado ao estudo do envelhecimento, historicamente negligenciou a interseccionalidade entre idade e marcadores sociais como gênero, classe e raça, tratando a velhice como uma experiência universal e homogênea. De acordo com Henning (2017), a partir da década de 1960, com o surgimento da Gerontologia LGBTQIAPN+, iniciou-se uma importante discussão sobre as especificidades do envelhecimento desta população, levando em conta suas dimensões biopolíticas e sociais. Mesmo dentro desse contexto, a questão do envelhecimento de pessoas transgênero permanece à margem, carecendo de maior aprofundamento.

No Brasil, onde a população LGBTQIAPN+ ainda permanece sendo alvo de violências institucionais no tocante à exclusão do sistema de garantia de direitos, o envelhecimento de pessoas transgênero se caracteriza por complexidades associadas às experiências de exclusão específicas desta população (Benevides et al, 2020).

Pessoas transgênero são consideradas longevas já aos 40 anos, em contraste com a média nacional de expectativa de vida, que é de 76,6 anos. A expectativa de vida reduzida está diretamente ligada aos dispositivos de gênero que delegam às pessoas transgênero a vulnerabilidade social em função da transfobia estrutural, fatores que contribuem significativamente para a marginalização e desafios enfrentados por essa população. A trajetória de sobrevivência dessas pessoas é marcada por uma dupla taxação: por desconstruírem as formas tradicionais de envelhecer e por resistirem à estigmatização imposta por uma sociedade que insiste em negar sua existência digna (Dittrich et al, 2023).

A ausência de acesso a cuidados adequados e a persistência do estigma social associado à variabilidade de gênero, somada à percepção da não conformidade de gênero como algo patológico ou desviante por parte da sociedade civil, comunidade acadêmica e profissionais de saúde, geram preconceitos e tratamentos discriminatórios em espaços fundamentais para o bem-estar social das pessoas transgênero. Esses fatores agravam a exclusão e vulnerabilidade enfrentadas por essa população ao longo da vida, especialmente na vida adulta idosa ou tardia (Baccarim et al, 2020).

Estratégias em saúde à população transgênero, como a hormonioterapia, procedimentos cirúrgicos de afirmação de gênero e o acompanhamento por equipe multiprofissional se configuram como aspectos importantes relacionados ao cuidado a esta população. É crucial não confundir essa intervenção médica com a solução para as questões sociais e estruturais que impactam a população de pessoas transgênero pois essas demandas requerem políticas públicas que combatam a transfobia e garantam o acesso a direitos básico (Aguiar et al. 2024).

Em um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal – IPEDF (2022) se levantou que entre as pessoas transgênero que residem no Distrito Federal, pelo menos 73% já utilizaram hormônios como parte do processo de

readequação corporal. Desse total, 22% fizeram uso de hormônios sem acompanhamento médico adequado por equipe multiprofissional de saúde, o que aumenta significativamente os riscos à saúde. O uso de hormônios sem prescrição e monitoramento pode resultar em complicações graves, como desequilíbrios neuroendócrinológicos, trombozes e alterações hepáticas, além de agravar condições de saúde já preexistentes ou surgir novas complicações ao longo do tempo.

Essa situação torna-se ainda mais preocupante à medida que as pessoas transgênero envelhecem, pois, condições como osteoporose, doenças cardiovasculares e problemas de saúde mental, condições de saúde que podem se agravar com o processo de envelhecimento, podem ser exacerbadas pelo uso inadequado de hormônios. Por isso, o acompanhamento multiprofissional em saúde especializado é fundamental não apenas para a segurança durante o processo de hormonioterapia, mas também para a gestão de riscos à saúde a longo prazo, especialmente na vida adulta idosa ou tardia. (Lima, 2023)

A exclusão de pessoas transgênero no acesso às políticas públicas em saúde no Brasil é alarmante. De acordo com o relatório da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2023), 57% das pessoas transgênero já tiveram algum atendimento negado em serviços de saúde. Além disso, 21% das pessoas trans relataram ter sofrido discriminação nesses mesmos serviços. Esses dados evidenciam como a cisnormatividade permeia o acesso à saúde, criando barreiras que prejudicam diretamente o bem-estar dessa população.

Pessoas transgênero idosas apresentam taxas mais elevadas de depressão, ansiedade, estresse pós-traumático e ideação suicida em comparação com a população cisgênero (Fredriksen-Goldsen et al., 2014). Os desafios enfrentados pela comunidade trans ao longo da vida, como a discriminação e a marginalização, têm um impacto profundo na saúde mental dessa população, especialmente na vida adulta idosa ou tardia.

De acordo com a ANTRA (2018), 45% das pessoas transgênero já tentaram suicídio em algum momento da vida, com taxas ainda mais alarmantes entre pessoas transgênero negras e indígenas, destacando-se assim que os processos de opressão relacionados à raça e etnicidade se somam às opressões de gênero já existentes. Desta forma a violência estrutural é um dos maiores obstáculos para o envelhecimento saudável dessa população.

A rejeição familiar, o isolamento e as fragilidades vivenciadas em suas redes de apoio têm impacto direto sobre a saúde mental desta população. A ausência de suporte familiar pode intensificar os sentimentos de exclusão e vulnerabilidade, prejudicando o bem-estar geral. Por outro lado, o apoio familiar e a construção de redes de afeto e cuidado são reconhecidos como fatores protetivos essenciais. Essas redes promovem resiliência e uma melhor qualidade de vida para pessoas transgênero na vida adulta idosa ou tardia, oferecendo não apenas suporte

emocional, mas também prático para enfrentar os desafios impostos pelo envelhecimento e pela transfobia estrutural (Lins et al. 2024).

A moradia, direito fundamental de todo cidadão, apresenta-se como um desafio particular para a população transgênero idosa. A insegurança habitacional, aliada à precariedade financeira decorrente da exclusão no mercado de trabalho, restringe o acesso a moradias dignas, levando muitas vezes à dependência de espaços inadequados e inseguros. A insegurança habitacional, neste contexto, configura-se como mais dos processos de exclusão social e vulnerabilização desta população (Teixeira, 2020).

O processo de interseccionalidade das opressões, que se refere à convergência de múltiplas identidades marginalizadas, como identidade de gênero, idade, raça e classe socioeconômica, cria um cenário de vulnerabilidade acentuada para a população transgênero idosa, especialmente no que diz respeito à falta de moradia. Esse conceito revela uma minorização cumulativa, onde cada identidade marginalizada amplifica as desvantagens enfrentadas pelo indivíduo. Esse fenômeno se manifesta em formas de discriminação agravadas no acesso à moradia, emprego e serviços sociais, dificultando ainda mais a vida dessas pessoas (Hirata, 2014).

A população transgênero idosa, em particular, sofre com exclusão no mercado de trabalho devido ao estigma associado à precarização socioeconômica e à marginalização de suas identidades ao longo da vida. A ausência de uma renda estável, combinada com a falta de acesso a aposentadorias adequadas, eleva significativamente o risco de falta de moradia, deixando essa parcela da população em situação de vulnerabilidade extrema (Goleden et al., 2014).

Pessoas transgênero negras enfrentam barreiras ainda maiores no acesso à moradia (Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, 2024). Essas barreiras incluem discriminação racial e de gênero, que intensificam a exclusão social e econômica, dificultando o acesso a condições básicas de habitação e segurança. A taxa de desemprego entre pessoas transgênero é três vezes maior que a média nacional, com pessoas transgênero recebendo, em média, 17% a menos que pessoas cisgênero (Maia, 2024), evidenciando a urgência do assunto na convergência de preconceitos baseados em múltiplas desigualdades sistêmicas.

A identidade de gênero é moldada socialmente e passa por transformações. Para pessoas transgênero, esse processo é particularmente complexo e permeado por desafios específicos. Este estudo explora os indicadores psicossociais relacionados ao processo de envelhecer para a população transgênero no Brasil, considerando as barreiras e vulnerabilidades enfrentadas por essa população, fomentando práticas que impulsionem uma sociedade mais inclusiva e justa (Costa, 2023).

Objetivos

Objetivo Geral

Investigar a produção científica atual acerca do processo de envelhecimento da população transgênero no Brasil e suas contextualizações

Objetivos Específicos

- Descrever os principais indicadores psicossociais associados ao processo de envelhecimento da população transgênero no Brasil
- Analisar as contextualizações sociais relacionadas aos processos de exclusão e invisibilidade de pessoas transgênero idosas / longevas
- Discutir as dinâmicas adjacentes ao abandono familiar; violações do direito de acesso a habitação, saúde e previdência social por pessoas transgênero idosas / longevas

Justificativa

O presente estudo justifica-se pela necessidade premente de visibilizar e compreender as profundas camadas do envelhecimento de pessoas transgênero no Brasil. Apesar dos avanços recentes na conquista de direitos e na compreensão da diversidade de gênero, o processo de envelhecimento da população transgênero no Brasil permanece num território pouco explorado, fenômeno social marginalizado, marcado por invisibilidade e estigmatização.

O envelhecimento de pessoas transgênero é um processo biopsicossocial profundamente marcado pela violência. A cisnormatividade e a transfobia estruturam um contexto social hostil que expõe essa população a múltiplas formas de violência, desde a física até a simbólica, passando pela psicológica. Essas experiências, ao longo da vida, deixam marcas profundas na saúde física e mental, influenciando negativamente a qualidade de vida e o bem-estar na terceira idade. A compreensão da violência como um fenômeno biopsicossocial é fundamental para a elaboração de políticas públicas e intervenções que promovam a saúde integral dessa população.

A pesquisa se ancora em um compromisso ético e político com a promoção da justiça social e do reconhecimento da dignidade humana em todas as suas expressões. Ao lançar holofotes sobre as experiências de vida e as necessidades específicas da população transgênero idosa, o estudo busca contribuir com os

estudos de mesmo tema.

Metodologia

O presente estudo se caracteriza como qualitativo, de contorno teórico e que se utiliza de revisão integrativa. A revisão integrativa permite ao estudo maior abrangência para o processo de coleta e análise de literatura acerca do tema. Por se tratar de uma temática pouco explorada no campo acadêmico brasileiro, este tipo de revisão de literatura permitiu ao trabalho utilizar fontes de outros campos do conhecimento (ciências jurídicas, gerontologia, antropologia, serviço social), porém com contornos sólidos acerca da qualidade dos dados levantados (artigos científicos). Neste sentido, os critérios mais amplos e flexíveis da revisão integrativa possibilitaram ao estudo à construção de conhecimento sobre um tema pouco versado pelo campo científico brasileiro de forma interdisciplinar, mas com recortes importantes ao campo dos estudos psicossociais.

A coleta de dados dos artigos científicos foi realizada por meio de busca em index de bases de dados de periódicos científicos como Lilacs, PubMed, Scielo, e Google Academic, abrangendo o período de 2019 a 2024. Foram combinados os descritores “envelhecimento transgênero”, “exclusão social”, “saúde mental”, “vulnerabilidade social”, “discriminação de gênero”, “transgeneridade” e “desenvolvimento humano”. Foram excluídos os estudos publicados em língua estrangeira e que não discorram sobre as temáticas “pessoas transgênero” e “envelhecimento humano”.

Desenvolvimento e coleta de dados

Figura 1: Fluxograma dos artigos excluídos e incluídos

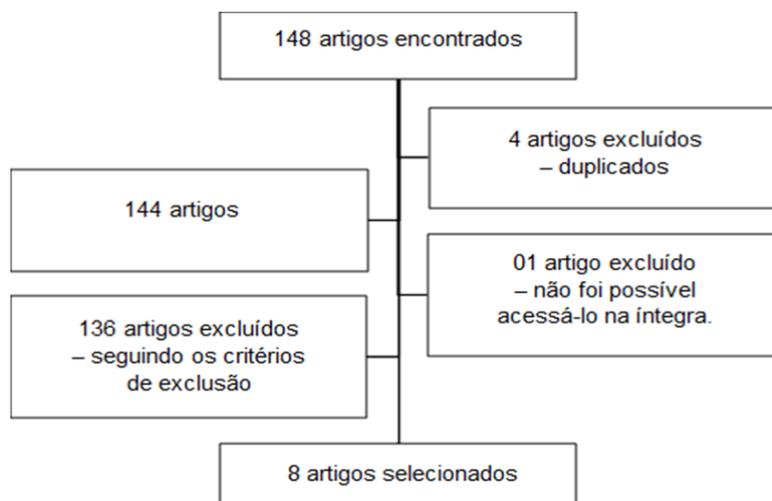


Tabela 1: Artigos selecionados

Base de Dados	Título	Autores / Ano de Publicação	Método Adotado	Resultados
Google Academic	A invisibilidade das populações LGBT-QIA+ e o atendimento por estudantes e profissionais da saúde.	Amaral <i>et al.</i> / 2023	Quantitativo transversal observacional	O estudo reforça a criação e implementação das políticas públicas de saúde voltadas a população LGBTQIA+, e da capacitação dos estudantes e profissionais da área da saúde.
Scielo	Vivências familiares no processo de transição de gênero.	Braz <i>et al.</i> / 2020	Descritivo, de abordagem qualitativa	A família, junto com a pessoa em processo de transição de gênero, experimenta as transformações corporais de maneira intensa e com certa apreensão, devido aos possíveis riscos, mas também compartilha a alegria pelas conquistas alcançadas.
Google Academic	Você tem o privilégio de envelhecer ou você é trans?: transfobia, sofrimento ético-político e o envelhecimento da população transgênera no Brasil.	Domingues <i>et al.</i> / 2023	Teórica bibliográfica	Destaca-se a urgência de incluir a pauta trans nos estudos gerontológicos e psicossociais, abordando sua baixa expectativa de vida e múltiplas violências.
Google Academic	Singularização dos cuidados de pessoas trans durante o envelhecimento: sugestões de prevenção e controle de riscos e agravos.	Gois <i>et al.</i> / 2022	Relato de experiência	Uma escuta atenta e qualificada é essencial para que os profissionais de saúde desenvolvam um cuidado personalizado. A população trans, mesmo enfrentando desafios específicos ou limitações de saúde, tem direito a um envelhecimento com melhores condições de vida.

Google Academic	A vivência psicossocial de pessoas transgênero a partir de relatos.	Negrini <i>et al.</i> / 2021	Revisão de literatura com abordagem qualitativa	O governo deve implementar políticas públicas voltadas à garantia dos direitos das pessoas transgênero, estabelecendo legislações específicas e promovendo iniciativas que transformem as estruturas sociais e governamentais. O objetivo é reduzir a transfobia e a violência, ampliar a inclusão social e assegurar uma melhor qualidade de vida para essa população.
Scielo	Acesso à saúde pela população trans no Brasil: nas entrelinhas da revisão integrativa.	Rocon <i>et al.</i> / 2019	Revisão integrativa	A revisão identificou sete principais barreiras ao acesso universal ao SUS pela população trans: discriminação nos serviços de saúde, patologização da transexualidade, acolhimento inadequado, exigência de cirurgia, falta de qualificação dos profissionais, ausência de políticas de atenção básica e rede de saúde, além da escassez de recursos para processos transexualizadores e promoção da equidade.
Scielo	Sintomas depressivos e fatores associados entre travestis e transexuais: estudo transversal.	Silva <i>et al.</i> / 2023	Estudo transversal	Foram identificados altos níveis de depressão (moderados a graves) entre travestis e pessoas transexuais atendidas por ONGs, relacionados ao estado civil e à violência nos serviços de saúde. O estudo destaca a necessidade de políticas públicas mais eficazes, formação de profissionais com foco em diversidade e inclusão, além de ações de apoio social contra marginalização e discriminação.

Google Academic	Quem tem direito a ter direitos? O envelhe(s)er transgênero no Brasil.	Silva / 2024	Abordagem metodológica qualitativa	A visão binária de gênero, enraizada em conceitos médicos, exclui identidades fora desse padrão e marginaliza pessoas trans. Embora existam avanços, como o uso do nome social, a falta de dados oficiais sobre idosos trans evidencia o descaso estatal. O gênero é uma construção social e reconhecer sua diversidade é essencial para uma sociedade justa e democrática.
-----------------	--	--------------	------------------------------------	---

Resultados e discussão

Transfobia e envelhecimento

Segundo Domingues et al. (2023), a transfobia é a discriminação e o preconceito direcionados às pessoas transgênero e diz respeito a quaisquer atitudes degradantes e humilhante que podem ou não incluir agressões físicas e verbais e que concentra atenção maior nos corpos transgênero feminino. Transgênero e velhice juntos são altamente excludentes. O envelhecimento transfeminino⁵ ocorre precocemente quando se compara às pessoas cisgênero, visto que muitas morrem cedo por conta das violências. O envelhecimento e a velhice não são democráticos, já que muitas travestis são consideradas velhas quando já não conseguem mais desempenhar o trabalho sexual. A trajetória de vida desse grupo é carregada de sofrimentos muito antes de seu nascimento, tendo em vista que seus gêneros são associados ao órgão genital, até o momento de sua morte. As pessoas transmasculinas⁶ acabam se camuflando na sociedade e muitas das vezes se mudam para poder ter uma vida e identidade novas. O sofrimento psicossocial que acomete a comunidade transgênera afeta diretamente a sua qualidade de vida e o seu enfretoamento durante as etapas da vida, desde a infância até a velhice.

⁵ Transfeminino refere-se a pessoas designadas homem ao nascer, mas que não se identificam com esse sexo atribuído e realizam uma transição para o gênero feminino, seja de forma total ou parcial

⁶ Transmasculino refere-se a pessoas designadas mulher ao nascer, mas que não se identificam com esse sexo atribuído e realizam uma transição para o gênero masculino, seja de forma total ou parcial

Desafios na saúde

Para Amaral e colaboradores (2023), a literatura aponta que na área da saúde a população LGBTQIA+ se depara com a falta de capacidade dos profissionais para atender suas demandas. Após uma pesquisa realizada por estes autores, por meio de um questionário enviado via WhatsApp a 282 profissionais e estudantes da área da saúde, foi possível observar que 90,42% dos participantes acreditam que os profissionais da área da saúde estão preparados para atender pacientes LGBTQIA+ sem colocá-los em situações constrangedoras, porém ao questioná-los se já presenciaram algum ato de preconceito ou tratamento diferenciado por conta da identidade de gênero ou orientação sexual do paciente, 32,62% responderam que sim. Ao serem questionados se achavam que o Sistema Único de Saúde (SUS) oferece um bom suporte psicológico para as pessoas LGBTQIA+, 47,5% acreditam que não. De 282 participantes, 270 declaram ser estudantes e os outros 12 responderam ser profissionais da saúde. A falta da capacitação dos profissionais de saúde faz com que essa comunidade deixe de buscar ajuda quando necessário.

Acesso e direitos

As pesquisas feita por Rocon e colaboradores (2020) destaca que, mesmo após a Carta dos Direitos dos Usuários do SUS ter sido publicada em 2006, onde diz que todo cidadão tem direito ao atendimento humanizado, acolhedor e livre, essa prática está longe de ser atendida para as pessoas transgênero. O relato de sentimentos como tristeza e angústia produzidos por transfobia durante o processo de busca por serviços de saúde – como não ter os seus nomes respeitados, a percepção de abordagens agressivas e sob a ótica da psicopatologização – relacionam-se diretamente à baixa aderência ou abandono de tratamentos em saúde. Por conta disso, pessoas transgênero acabam abandonando o tratamento ou apenas buscando atendimento em casos muito graves. Ao envelhecer, em alguns casos, surgem doenças que precisam de tratamento e acompanhamento, como por exemplo, diabetes, artrite e doenças cardiovasculares, que, caso não tratadas corretamente, podem ocasionar sequelas ou até mesmo levar à morte. Muitas vezes, essas doenças são deixadas de lado na vida jovem/adulta da pessoa transgênero, justamente por conta da discriminação ocorrida durante a sua busca por cuidado. O que é direito de todos vira direito de apenas alguns indivíduos que certos profissionais da saúde escolhem.

Saúde mental

Conforma Gois e colaboradores (2023), o envelhecer é uma decorrência natural, mas para pessoas transgênero essa experiência é distinta. No Brasil, indivíduos

transgênero com mais de 65 anos apresentam maior índice de suicídio. Por conta do histórico discriminatório no sistema educacional e mercado de trabalho, onde suas identidades não são respeitadas, pessoas transgênero enfrentam dificuldades em encontrar emprego e continuar os estudos, o que pode resultar em instabilidade econômica e dificuldades na velhice, conseqüentemente ocasionando a violação de direitos básicos. Além disso, o transgênero teme ser institucionalizado por poder precisar de auxílio na hora da higiene e ter seu corpo exposto e isso tem um grande impacto no cuidado e na promoção de saúde de indivíduo. A população transgênero corre risco de insegurança alimentar por uma combinação de fatores sociais, econômicos e institucionais.

Silva *et al.* (2024), após realizarem um estudo que intencionou analisar a ideia suicida e a depressão entre pessoas autodeclaradas travestis e transexuais no Rio Grande do Norte Brasil, foi possível observar que a prevalência de sintomas depressivos na população transgênero foi significativamente maior em relação às pessoas cisgênero. Isso se dá por conta do alto estresse sofrido como assédio, trauma, rejeição e abandono relacionados ao gênero, além das violências as quais sofrem. Além disso travestis e transexuais solteiras são propensas a desenvolver sintomas depressivos moderados a grave quando comparadas às que têm companheiro, tendo em vista que são marginalizadas nos encontros. Foi possível observar que uma maior prevalência de sintomas depressivos relacionados com a experiência de violência vivenciada nos serviços de saúde, além disso pessoas transgênero consideraram que suas necessidades não foram atendidas.

Dinâmica familiar e aceitação

Braz e outros (2020) realizaram estudo descritivo de abordagem qualitativa com familiares de transgênero no processo de transição de gênero, por meio de uma entrevista semiestruturada. As famílias demonstraram preocupação e sentimento de medo em relação à mudança corporal. Algumas pessoas da família relataram que o transgênero começou a terapia hormonal sem acompanhamento e que a mudança corporal é difícil. Outro fator que afetou o núcleo familiar foi ver a dificuldade do transgênero em conseguir emprego devido à procrastinação e à falta de iniciativa, como se eles não se esforçassem ou não quisessem ir em busca de trabalho. Além disso, a família e a própria pessoa transgênero relataram dificuldade na busca por informações para encontrar unidades capazes de fornecer orientações relacionadas à saúde da pessoa trans. A transição foi um gerador de conflito de crenças no núcleo familiar e a religião se mostrou um fator determinante para a aceitação em algumas famílias, já que alguns consideram a transexualidade como um pecado e um afronte a Deus. Foi observado que o apoio familiar se fez essencial nesse momento de transição. O respeito e o cuidado se mostraram importante nesse período e sendo fonte de

conforto e segurança, mas infelizmente ainda não são todos os transgêneros que têm o apoio familiar, já que alguns sofrem violência ou são expulsos de casa, o que implica no aumento da fragilidade emocional da pessoa transgênero.

Mercado de trabalho e direitos

Conforme Silva (2024), a principal função exercida pelas transgênero e travesti é a prostituição. Isso se dá pelas faltas de oportunidade por conta da transfobia e quando conseguem algo são alvo de preconceito e não têm suas identidades respeitadas. Muitas pessoas trabalham sem proteção legal, sem direitos trabalhistas e em condições instáveis o que agrava a situação das pessoas que já estão em situações vulneráveis. Após a recente reforma da previdência, via Emenda Constitucional (EC) nº 19, não foi incluído normas para a pessoa transgênero no que se refere aos seus direitos previdenciários. As pessoas transgênero dentro da comunidade LGBTQIA+ são vistas como “minorias dentro da minoria”, sendo o grupo social que possui o mais baixo nível educacional, o que dificulta as chances de conseguir um trabalho formal.

Moradia

Segundo Negrini (2021), além de sofrerem violências físicas e psicológicas, os indivíduos transgênero vivenciam uma extrema exclusão no Brasil ao ocupar espaços, tendo que lutar para terem seus direitos básicos garantidos, como a moradia. Para ter uma moradia, a população trans encontra obstáculos como problemas financeiros, cuja origem se dá na exclusão do mercado de trabalho, e a discriminação daqueles que dispõem dos imóveis que desejam acessar, muitas vezes se sujeitando a ficar em lugares inadequados. Ter acesso à moradia digna impacta de modo significativo na qualidade de vida e na saúde mental da pessoa transgênero idosas, sobretudo dos mais velhos, sendo essencial a implementação de políticas públicas e práticas que combatam a exclusão e garantam a acessibilidade.

Portanto, é nítido que a pessoa transgênero sofre desde a infância até o envelhecimento, tendo seus direitos negados e sendo negligenciadas de diversas formas. O que já é difícil na juventude, torna-se ainda mais complexo na velhice, de modo que a falta de políticas públicas inclusivas e a ausência de suporte social fazem com que muitos se sintam ainda mais vulneráveis. A invisibilidade e o desprezo que enfrentam ao longo da vida viram um sofrimento que ao invés de diminuir se intensifica cada vez mais.

Considerações finais

A discriminação sistêmica, a exclusão social e a violência aparecem como fatores que impactam intrinsecamente a saúde física e mental dessas pessoas, especialmente na velhice. O estudo ressalta a invisibilidade social e institucional das necessidades de pessoas transgênero idosas, cujas experiências são marcadas pela precariedade no acesso à saúde, moradia digna e suporte familiar.

Além disso, o trabalho sublinha que a interseccionalidade entre identidade de gênero, raça e classe aumenta ainda mais as vulnerabilidades, com dados alarmantes sobre a violência sofrida por pessoas transgênero negras e indígenas. A falta de políticas públicas eficazes contribui para a manutenção desse cenário de marginalização, resultando em baixa expectativa de vida e na negação de direitos fundamentais.

A pesquisa destaca a necessidade de reforma nas políticas públicas para garantir acesso a cuidados de saúde especializados e inclusivos, bem como a criação de iniciativas que combatam a normatividade nos serviços sociais. Ao dar visibilidade à questão do envelhecimento transgênero, o trabalho contribui para o avanço do debate acadêmico e para a construção de uma sociedade mais equitativa e justa, que reconheça a diversidade de experiências de envelhecimento. A implementação de políticas mais inclusivas é essencial para promover a dignidade e o bem-estar de pessoas transgênero idosas, rompendo com o ciclo de marginalização e exclusão.

Referências

AGUIAR, I. C. T. et al. Terapia hormonal de adequação de gênero: um estudo reflexivo. *Revista Ft - Ciências da Saúde*. [s.l.], v. 28, ed. 137, 2024. Disponível em: <https://revistaft.com.br/terapia-hormonal-de-adequacao-de-genero-um-estudo-reflexivo/>. Acesso em: 21 nov. 2024.

AMARAL, A. L. B. H. et al. A invisibilidade das populações LGBTQIA+ e o atendimento por estudantes e profissionais da saúde. *Revista Foco*. Curitiba, v. 16, n. 7, p. 1-10, 2023. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/2334/1614>. Acesso em: 23 nov. 2024.

BACCARIM, R. C. G.; TAGLIAMENTO, G. Acesso de Pessoas Trans à Saúde: uma Análise das Práticas de Profissionais. *Psicologia Argumento*. Curitiba, v. 38, n. 102, p. 604–625, 2020. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/26053>. Acesso em: 21 nov. 2024.

BENEVIDES, B. G. **Dossiê**: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras mm 2023. Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Brasília, 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>. Acesso em: 26 out. 2024

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2024.

BENEVIDES, B. **Precisamos falar sobre o Suicídio das pessoas Trans! em 2018**. Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Brasília, 2018. Disponível em: <https://antrabrasil.org/2018/06/29/precisamos-falar-sobre-o-suicidio-das-pessoas-trans/#:~:text=Estima%2Dse%20que%2042%25%20da,ou%20tentaram%20cometer%20o%20ato.> . Acesso em: 21 nov. 2024.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Disque 100 registra mais de 4 mil denúncias de violações de direitos humanos contra população trans em 2023**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/janeiro/disque-100-registra-mais-de-4-mil-denuncias-de-violacoes-de-diretos-humanos-contr-populacao-trans-em-2023>. Acesso em: 23 nov. 2024.

BRAZ, D. G. de C. et al. Vivências familiares no processo de transição de gênero. **Acta Paulista de Enfermagem**. São Paulo, v. 33, p. 1-8, 2020. Disponível em: https://acta-ape.org/wp-content/uploads/articles_xml/1982-0194-ape-33-eAPE20190251/1982-0194-ape-33-eAPE20190251.pdf. Acesso em: 23 nov. 2024.

Costa, L. L. **Qual versão do eu?** Construção das identidades narrativa e de gênero e sua relação com corpo transgênero na adolescência. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/60010/1/QUAL%20VERS%c3%83O%20DO%20EU%20-%20Constru%c3%a7%c3%a3o%20das%20identidades%20narrativa%20e%20de%20g%c3%aanero%20e%20sua%20rela%c3%a7%c3%a3o%20com%20o%20corpo%20transg%c3%aanero%20na%20adolesc%c3%aancia.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2024.

DITTRICH, V. L.; LIXA, I. F. M. Política pública e o envelhecer trans no Brasil: a face visível da necropolítica. **Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas**. Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 58-70, 2023. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/revistadspp/article/view/9379>. Acesso em: 21 nov. 2024.

DOMINGUES, D. C. S. et al. Você tem o privilégio de envelhecer ou você é trans?: transfobia, sofrimento ético-político e o envelhecimento da população transgênera no Brasil. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**. [s.l.], v. 34, n. 2, p.01-20, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/15260>. Acesso em: 21 nov. 2024.

FREDRIKSEN-GOLDSSEN, K. I. et al. Physical and mental health of transgender older adults: an at-risk and underserved population. **The Gerontologist**, Oxford v. 54, n. 3, p. 488-500, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/geront/gnt021>. Acesso em: 29 out. 2024.

GOIS, Í et al. Singularização dos cuidados de pessoas trans durante o envelhecimento: sugestões de prevenção e controle de riscos e agravos. BEPA. **Boletim Epidemiológico Paulista**. São Paulo,

v. 20, p. 1-22, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.57148/bepa.2023.v.20.38973>. Acesso em: 14 out. 2024.

GOLDEN, F. K. et al. **Mental health of transgender older adults**: An at-risk and underserved population. National Library Of Medicine. 2014. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/23535500/>. Acesso em: 23 nov. 2024.

HENNING, C. E. Gerontologia LGBT: velhice, gênero, sexualidade e a constituição dos “idosos LGBT”. **Horizontes Antropológicos**. Goiás, v. 23, p. 283-323, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/Mw58qyvVjfsQy7hbmmZqLbm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 nov. 2024.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*. São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/LhNLNH6YJB5HVJ6vnGpLgHz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 nov. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL (IPEDF). **Estudo sobre uso de hormônios por pessoas transgênero no Distrito Federal. Sumário executivo. Identidade de gênero e orientação sexual**: um olhar inclusivo. IPEDF, Brasília, 2022. Disponível em: https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/12/Sumario-executivo_Identidade-de-genero-e-orientacao-sexual-no-DF-um-olhar-inclusivo.pdf. Acesso em: 14 out. 2024.

JESUS, M. K. M. R. et al. Experiências de mulheres transexuais no sistema de saúde: visibilidade em direção à equidade. **Interface**: Comunicação, Saúde, Educação. Botucatu, v. 27, e220369, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/FFLKPsJckvKb3Hg9YbK9c5N/>. Acesso em: 7 nov. 2024.

LIMA, R. R. T. de; FLOR, T. B. M.; NORO, L. R. A. Revisão sistemática sobre a atenção à saúde para travestis e transexuais no Brasil. **Revista De Saúde Pública**. São Paulo, v.57, n.1, p. 19, 2023. Disponível: <https://www.revistas.usp.br/rsp/article/view/210288/192712>. Acesso em: 23 nov. 2024.

LINS, J. C. et al. O sofrimento mental entre pessoas transgênero: contribuições para a saúde pública. **Acta Paul Enferm**. São Paulo, v. 37, 2024. Disponível em: <https://acta-ape.org/article/sofrimento-mental-suporte-familiar-e-empoderamento-de-pessoas-transgenero/>. Acesso em: 23 nov. 2024.

MAIA, L. As barreiras enfrentadas por pessoas trans para entrar no mercado de trabalho. **Valor Econômico**, 2024. Disponível em: <https://valor.globo.com/carreira/noticia/2024/01/28/as-barreiras-enfrentadas-por-pessoas-trans-para-entrar-no-mercado-de-trabalho.ghtml>. Acesso em: 23 nov. 2024.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **OMS anuncia retirada dos transtornos de identidade de gênero de lista de saúde mental**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/80329-oms-anuncia-retirada-dos-transtornos-de-identidade-de-g%C3%AAnero-de-lista-de-sa%C3%BAde-mental>. Acesso em: 8 nov. 2024.

NEGRINI, D. P. et al. A vivência psicossocial de pessoas transgênero a partir de relatos. *Revista Científica Espaço Multiacadêmico. Vila Velha*, v. 1, n. 2, p. 40–55, 2021. Disponível em: <https://multivix.edu.br/revista-cientifica-espaco-multiacademico/revista-espaco-multiacademico-volume-01-numero-02/>. Acesso em: 21 nov. 2024.

ROCON, P. C et al. Acesso à saúde pela população trans no Brasil: nas entrelinhas da revisão integrativa. *Trabalho, Educação e Saúde*. Rio de Janeiro, p. 1-18, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/NGpjbDZLqR78J8Hw4SRsHwL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2024.

RUIZ, M. S. Aspectos multidisciplinares sobre o envelhecimento de pessoas transfemininas. In: PINHEIRO, Joaquim (coord.). Olhares sobre o envelhecimento. *Estudos interdisciplinares*, p. 229-237. Centro de Desenvolvimento Acadêmico, Universidade da Madeira, Madeira, Portugal, 2021. Disponível em: <https://digituma.uma.pt/bitstream/10400.13/3534/1/Aspectos%20multidisciplinares%20sobre%20o%20envelhecimento%20de%20pessoas%20transfemininas.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2024.

SILVA, G. W. dos S. et al. Sintomas depressivos e fatores associados entre travestis e transexuais: estudo transversal. *Revista Brasileira de Enfermagem (REBEn)*. [s.l.], v. 77, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/CRyspPsZPSSTkFTxkCyswNK/?lang=pt>. Acesso em: 23 nov. 2024.

SILVA, J. G. da. Quem tem direito a ter direitos? O envelhe(s)er transgênero no Brasil. *Revista Longeviver*. São Paulo, v. 24, 2024. Disponível em: <https://revistalongeviver.com.br/index.php/revistaportal/article/view/16/17>. Acesso em: 23 nov. 2024.

TEIXEIRA, B. F. **Diversidade e inclusão nas organizações: o desafio da inclusão de pessoas transgênero no mercado de trabalho formal**. Orientador: Renato Bittencourt. 2020. Monografia (Bacharel em Administração) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/12354/1/BFTeixeira.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2024.